

PODER, PROPRIEDADE E ÉTICA

Wanderley Guilherme dos Santos
IUPERJ

1. Para melhor compreender algumas das relações entre a ética e a política no Brasil é indispensável reconhecer, preliminarmente, que, não obstante peculiaridades nacionais que por certo existem, este país é bem mais parecido, semelhante, do que diferente dos demais países capitalistas, sub ou plenamente desenvolvidos. A tese de Richard Morse¹ sobre o caráter idiossincrático da formação histórica latino-americana é, em primeiro lugar, falsificável ou não em registro temporal de magnitude secular (no futuro) e, em qualquer caso, aplicável a dimensões da vida social que não comprometem, no curto prazo, esta primeira tese aqui defendida: *para todo efeito prático, a relação problemática entre a ética e a política se põe semelhantemente para países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos.*

2. O problema ético da política contemporânea radica-se, desde logo, na verificação de que a promessa liberal capitalista de que todos os cidadãos poderiam aspirar à posse, à propriedade dos bens e valores disponíveis (produzidos), em algum momento do futuro, desde que se comportassem conforme a eficaz condição histórica que permitiu o funcionamento relativamente doutrinário do mercado econômico; e ainda outra vez falsa quando se descobre a radical heterogeneidade dos bens disponíveis — em outras palavras, a essencial diferença entre bens “democráticos” e bens “oligárquicos”.

3. Iniciando-se pela última questão: *bens democráticos* são aqueles cuja multiplicação e, pois, em princípio, sua acessibilidade a todos, depende estritamente do aumento da produtividade do trabalho humano, ou seja, maior volume de produto por unidade de trabalho; *bens oligárquicos*, em contrapartida, são absolutamente escassos e em hipótese alguma multiplicáveis pela via

1. Cf. *El espejo de Próspero. Un estudio de la dialéctica del nuevo mundo*, México, Siglo XXI Ed., 1982.

do progresso tecnológico. Uma geladeira, um televisor, ou mesmo um carro exemplificam bens “democráticos” enquanto os bens “hobbesianos” de *status*, poder e glória, além de, por exemplo, reservas naturais não-poluídas, ou bens vitais que impliquem escolhas trágicas ilustram o que Roy Harrod quer dizer por bens “oligárquicos”.² Nenhuma tecnologia tornará Guernica, de Picasso, ou qualquer auto-retrato de Van Gogh, acessíveis a todos, *mesmo quando todos dispusessem de recursos financeiros para tomar posse deles*.

4. A dramaticidade da distinção entre bens democráticos e bens oligárquicos, de outro modo banal, advém precisamente do fato de que a promessa liberal capitalista de um paraíso terrestre afirmava que, para tornar-se realidade, duas condições seriam suficientes:

- a) que todos se comportassem como egoístas-maximizadores (pois neste comportamento residia a chave da acumulação de bens e da multiplicação das oportunidades de alguém apossar-se deles — vide Mandeville e Smith);
- b) paciência para esperar o momento em que, pela via da acumulação geral, cada um seria proprietário em particular.

Pois bem, o que a história revelou é que o mercado capitalista só funcionou razoavelmente de acordo com a doutrina justamente enquanto a maioria da população não se comportava como egoísta-maximizadora. Ao contrário, a relativamente baixa taxa de conflito social, a prevalência de uma noção de “interesse público”, superior aos interesses particularistas de pessoas, ocupações ou classes, e a operação de um valor de “solidariedade social” durkheimianamente internalizado, só existiam enquanto a ética utilitária maximizante não se tornou hegemônica. O capitalismo só se instaurou, enquanto ordem econômica, enquanto perdurou, ao contrário senso, uma ética social pré-mercantil. Vitoriosa finalmente a ética utilitária, a ordem capitalista torna-se instável, precária, inadimplente.

5. Desde o momento em que pessoas, grupos ou classes passam a comportar-se socialmente conforme a ética capitalista, os limites estruturais da ordem tornam-se claros. Em primeiro e fundamental lugar, é óbvio que, em relação aos bens oligárquicos nenhum amanhã tecnológico democratizará a propriedade. Isto, desde logo, remete às relações reais entre propriedade e poder — discutido a seguir. Por mais que todos se comportem como egoístas-maximizadores, acumulando poder aquisitivo, os bens oligárquicos permanecerão tão distantes quanto antes. Na realidade, do ponto de vista da frustração relativa, quanto maior for a capacidade aquisitiva potencial, maior a frustração social por não tornar a capacidade em posse atual. E daqui surge a intensificação da pressão pelo consumo imediato dos bens democráticos. A explosão das demandas, de que falam os analistas conservadores, é fenômeno absolutamente genuíno, característico

2. A tese de Roy Harrod é exposta e desenvolvida também por F. Hirsch, *Social Limits to Growth*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1977. Sobre as teses de Hirsch ver: A. Ellis & K. Kumar (eds.), *Dilemmas of Liberal Democracy. Studies in Fred Hirsch's "Social Limits to Growth"*, Londres, Tavistock, 1983.

todavia, não de uma irracionalidade do cidadão, mas do pleno exercício da racionalidade capitalista que lhe foi imposta, coercitivamente, ao longo dos últimos três séculos. Dado que a promessa liberal capitalista era uma *fraude*, no sentido de que nenhuma ordem se sustenta por muito tempo sob a forma de agregado de egocêntricos, e no sentido de que, no futuro secular previsível, é impossível que todos possuam ou desfrutem das mesmas coisas nas mesmas quantidades, entende-se porque, e este é um comentário lateral ao tema tratado, a era capitalista, tendo sido a que proporcionou o mais espetacular progresso na história da humanidade, parece que será, também, a de mais breve duração.

6. A competição no mercado, recomendada pela utopia liberal capitalista como canal suficiente e unicamente legítimo para realização dos planos de vida de cada qual, é hoje visivelmente caudatário da competição política para efeito de obtenção de dois objetivos: primeiro a apropriação mais rápida quanto possível dos bens democráticos disponíveis; segundo, para alcançar aquela ou aquelas posições de poder cruciais para o acesso a bens oligárquicos — sendo estas posições de poder elas próprias bens oligárquicos —, os quais não são em qualquer hipótese adquiridos via mercado. Na ordem capitalista contemporânea, cada vez mais, o fundamento da propriedade — de bens democráticos ou oligárquicos — é o poder, e não vice-versa. E aqui peço todas as desculpas a que Marx tem direito, mas sua teoria é completamente errada. Na ordem capitalista, como em todas as demais ordens sociais anteriores, é o poder que fundamenta a posse e a propriedade (de onde não se segue, contudo, que uma vez estabelecida uma certa forma de distribuição de propriedade, esta não tenha repercussões sobre a dinâmica de aquisição e manutenção de poder. Longe de mim o simplismo de achar que a propriedade é mero epifenômeno do poder. Mas esta é outra história).

7. Os modos de distribuição da propriedade não seguem nenhum determinismo econômico, mas são contingentes às estruturas prevalentes de distribuição do poder. Por outro lado, dados os diversos tipos institucionalizados de propriedade, e os modos legítimos de sua aquisição, fixam-se as formas de competição pelos tipos de poder apropriados à manutenção, e eventual acumulação, das diversas formas de propriedade. A acumulação de propriedade de bens democráticos depende, fundamentalmente, da capacidade de extrair legislação política relativa a salários, subsídios, tarifas, isenções, privilégios de toda sorte, que adotem o grupo beneficiado de um incremento marginal de poder, acima daquele que deteria mediante a operação *natural* do mercado. Considerando que, em regra, a capacidade de extrair benefícios via legislação política é função do poder organizacional do grupo considerado, observa-se que a ordem social característica do capitalismo contemporâneo está

longe do universo competitivamente atomizado da utopia liberal. Trata-se agora de um mundo fragmentado em segmentos organizados cujos objetivos definem-se em função de uma concepção absoluta de uma *good life* (três alqueires e uma vaca, por exemplo), e mais de acordo com critérios de abundância comparativa. Cada qual deseja pelo menos tanto quanto seu próximo. Em tal universo, a solidariedade social se esfarela e o mundo converte-se em um estado de natureza hobbesiano, não obstante a presença do Leviatã.

8. Muito embora em princípio seja tecnicamente possível imaginar a possibilidade de que todos possam ter acesso aos bens democráticos, a estrutura da distribuição da propriedade faz com que tal seja, na prática, impossível, dada essa mesma estrutura. Daí que a competição pelo poder seja fundamentalmente a forma mediatizada de competir pela alteração da distribuição da propriedade. Conforme a distribuição do poder político daí se segue determinado padrão de distribuição da propriedade. A *socialização da propriedade*, neste contexto, associada à idéia de concentração de poder, implica na realidade a concessão do monopólio de definir o perfil de distribuição de propriedades (quer de bens democráticos, quer de bens oligárquicos) àqueles que *privatizam o poder político* (vide socialismo real).

9. Para escapar à ética competitiva utilitária³ característica das ordens capitalistas contemporâneas, e também à privatização total do poder político, cabe a socialização do poder, isto é, sua distribuição igualitária virtual (não necessariamente real como em Rousseau), a fim de que os seres humanos possam decidir sobre perfis distintos de distribuição da propriedade, decidir sobre o que deve ser produzido e apropriado, e, sobretudo, retenham o poder de decidir reformular decisões anteriores.

10. Evidentemente que o primitivismo atual das técnicas de produção material e de administração social tornam a efetiva socialização do poder extremamente difícil no curto prazo e faz parecer que é a distribuição da propriedade que molda as formas de poder. A simplificação tecnológica da produção material tornará a socialização do poder inevitável e a questão da propriedade se tornará subsidiária. De onde de todo o anterior se segue:

- 1^o) a ordem capitalista é incompatível com uma ética não utilitária;
- 2^o) a ética utilitária inviabiliza a ordem capitalista;
- 3^o) dada a socialização do poder unificam-se ética e política: o que produzir com o poder e como distribuir a propriedade?

3. Na vastíssima literatura sobre o utilitarismo ver, principalmente: J.J.C. Smart & B. Williams, *Utilitarianism. For & Against*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973; A. Sen & B. Williams (eds.), *Utilitarianism and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982; D. Gauthier, *Morals by Agreement*, Oxford, Clarendon Press, 1986.